



Boletim Informativo nº. 08/2019

Cuiabá/MT, 19 de dezembro de 2019.

1. PROJETOS DE LEI E NOVIDADES LEGISLATIVAS

LEGISLAÇÃO FEDERAL

[PROJETO DE LEI Nº 6.372/2019](#) - Altera o § 3º do artigo 26 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB, para dispor sobre educação física no ensino fundamental do 1º ao 5º ano e dá outras providências.

[PROJETO DE LEI Nº 6.371/2019](#) - Revoga a Lei no 12.318, de 26 de agosto de 2010 - Lei de Alienação Parental.

[PROJETO DE LEI Nº 6.411/2019](#) - Altera e acrescenta dispositivo na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

[PROJETO DE LEI Nº 6.257/2019](#) - Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente, para adequar o preceito secundário (pena) do crime previsto no art. 244-B (praticar em concurso ou induzir criança ou adolescente a praticar infração penal) e para criar o novo tipo penal que pune quem praticar infração penal na presença de menor de 18 (dezoito) anos que esteja sob a sua responsabilidade formal ou informal, ou no âmbito da unidade doméstica, ou no âmbito da família, ou em qualquer relação íntima de afeto.

[PROJETO DE LEI Nº 6.108/2019](#) - Altera o art. 10 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para tornar obrigatória a realização de exames para diagnóstico ou triagem, em recém-nascidos, de anormalidades do metabolismo, no âmbito do Sistema Único de Saúde.

[LEI Nº 13.935, DE 11 DE DEZEMBRO DE 2019](#) - Dispõe sobre a prestação de serviços de psicologia e de serviço social nas redes públicas de educação básica.



2. MP/MT EM AÇÃO

MPMT vence Innovare com projeto “Olhos da Mata”

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso recebeu o 16º Prêmio Innovare com o projeto “Olhos da Mata – Coibindo o Desmatamento Ilegal em Tempo Próximo ao Real”, nesta terça-feira (03), em solenidade realizada na cidade de Brasília (DF). Pela primeira vez na história, uma iniciativa mato-grossense foi premiada na categoria Ministério Público. O projeto concorreu com outras 165 práticas do país na mesma esfera. O vencedor foi anunciado pela ministra Cármen Lúcia Antunes Rocha, do Supremo Tribunal Federal (STF), responsável por entregar o prêmio ao promotor de Justiça da comarca de Itiquira, Claudio Angelo Correa Gonzaga, e ao engenheiro florestal do MPMT José Guilherme Roquette. [Clique aqui](#) para ler mais.

Projeto premia pelo 9º ano consecutivo alunos com melhor desempenho

Como forma de proporcionar mecanismos para fortalecimento das escolas, a 1ª Promotoria de Justiça Cível de Campo Novo do Parecis e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promovem nesta segunda-feira (16), às 19h30, na Câmara Municipal, cerimônia de premiação da oitava edição do projeto “Educação – Aproveitamento Escolar, Disciplina e Frequência”. Serão entregues 38 notebooks aos estudantes que tiveram melhor desempenho escolar, com disciplina e frequência regular. [Clique aqui](#) para ler mais.

Guia intersetorial vai orientar famílias de crianças com deficiência

Foi oficialmente lançado nesta segunda-feira (09) o Guia da Rede Intersectorial de Atendimentos às Crianças com Deficiência em Mato Grosso, uma cartilha desenvolvida pelo Hospital Universitário Julio Müller (HUJM) em parceria com o Ministério Público do Estado de Mato Grosso (MPMT). A publicação já está sendo distribuída, gratuitamente, com o objetivo de orientar crianças e seus familiares a como proceder e onde buscar ajuda logo após receberem o diagnóstico da deficiência. [A versão online pode ser consultada aqui.](#) [Clique aqui](#) para ler mais.

Alunos da rede pública são premiados com notebooks, smartphones e tablets.

Alunos das redes públicas municipal e estadual de Comodoro (a 644km de Cuiabá), incluindo escolas rurais e indígenas e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), foram premiados pelo projeto "Educação - aproveitamento escolar, disciplina e frequência", realizado no decorrer do ano de 2019. A solenidade de encerramento das atividades e de premiação foi realizada



no dia 13 de dezembro (sexta-feira), na Câmara Municipal. Alunos do 6º e do 9º ano do Ensino Fundamental e do 3º ano do Ensino Médio que tiveram os melhores desempenhos receberam notebooks, smartphones e tablets. [Clique aqui](#) para ler mais.

Iniciativas de incentivo aos estudos premiam professores e alunos. A Promotoria de Justiça de Jauru (a 425km de Cuiabá) realizou pelo terceiro ano consecutivo diversos projetos de incentivo aos estudos no decorrer de 2019, que resultaram na premiação de alunos e professores no encerramento do ano letivo. Doze estudantes das escolas municipais Lourdes Maria de Lima e Professora Rosimeire Aparecida da Silva (área rural), que comprovadamente leram mais livros, foram premiados com tabletes no projeto de Incentivo à Leitura, em novembro. [Clique aqui](#) para ler mais.

Projeto premia pelo 8º ano consecutivo alunos com melhor desempenho. Como forma de proporcionar mecanismos para fortalecimento das escolas, a 1ª Promotoria de Justiça Cível de Campo Novo do Parecis e o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente promovem nesta segunda-feira (16), às 19h30, na Câmara Municipal, cerimônia de premiação da oitava edição do projeto “Educação – Aproveitamento Escolar, Disciplina e Frequência”. Serão entregues 38 notebooks aos estudantes que tiveram melhor desempenho escolar, com disciplina e frequência regular. [Clique aqui](#) para ler mais.

Conselheiros tutelares eleitos participam de capacitação em Cáceres. Conselheiros tutelares eleitos para os próximos quatro anos, no município de Cáceres, participaram nesta semana de capacitação promovida pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso. O curso foi articulado pela promotora de Justiça Taiana Castrillon Dionello e viabilizado na plataforma de ensino a distância do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (CEAF). [Clique aqui](#) para ler mais.

Melhores alunos de 2019 são premiados em Campo Novo do Parecis

Trinta e oito alunos dos ensinos fundamental e médio das escolas públicas e particulares de Campo Novo do Parecis foram premiados na 8ª edição do projeto “Educação - Aproveitamento Escolar, Disciplina e Frequência”. Promovido pelo Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça de Campo Novo do Parecis, em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), o projeto reconheceu os alunos que se destacaram no decorrer do ano letivo pelo desempenho, disciplina e frequência. Cada estudante recebeu um notebook e uma mochila. [Clique aqui](#) para ler mais.



Alunos da rede pública de Comodoro são premiados com notebooks, smartphones e tablets

Alunos das redes públicas municipal e estadual de Comodoro, incluindo escolas rurais e indígenas e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apae), foram premiados pelo projeto "Educação - aproveitamento escolar, disciplina e frequência", realizado no decorrer do ano de 2019.

Esse modelo de projeto foi criado pelo promotor de Justiça Luiz Augusto Ferres Schimith, de Campo Novo do Parecis, e, por conta do sucesso nos resultados lá obtidos, foi replicado em Comodoro. As atividades foram desenvolvidas durante o ano letivo de 2019 pelas promotorias de Justiça de Comodoro em parceria com o Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), com apoio das secretarias municipais de Educação e de Assistência Social. [Clique aqui](#) para ler mais.

Projeto Luz em Cáceres conclui capacitação sobre Sinan

O “Projeto Luz – Cáceres protege as suas crianças” realizou nesta quinta-feira (13) a última capacitação do ano. Desta vez, profissionais que fazem a escuta especializada com crianças e adolescentes vítimas de violência no município foram capacitados sobre o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

O Sinan, conforme a promotora de Justiça Taiana Castrillon Dionello, é um sistema do Ministério da Saúde para notificação de violências interpessoais e autoprovocadas que não se restringe apenas aos profissionais da saúde, mas a todos aqueles que tenham contato com situações de suspeita ou confirmação de violência doméstica/intrafamiliar, sexual, autoprovocada, tráfico de pessoas, trabalho escravo, trabalho infantil, tortura, intervenção legal e violências homofóbicas contra mulheres e homens em todas as idades. Por meio dessas notificações realizadas pelos municípios é possível direcionar políticas e recursos públicos. [Clique aqui](#) para ler mais.

Alunos da rede municipal de Diamantino apresentam trabalhos contra queimadas

A 2ª Promotoria de Justiça Cível de Diamantino divulgou nesta quarta-feira (11) o resultado da Campanha de Combate à Queimada Ilegal, promovida em 2019. A iniciativa é desenvolvida anualmente, com foco na rede de ensino fundamental e médio das cidades de Diamantino e Alto Paraguai, com objetivo de fomentar a educação ambiental durante o processo de formação intelectual de crianças e adolescentes, alertando-os para os efeitos nocivos dos incêndios. [Clique aqui](#) para ler mais.



Alunos vencedores do projeto “Trocando Ideias” são premiados em Juara

O Ministério Público do Estado de Mato Grosso, por meio da Promotoria de Justiça de Juara realizou no dia 29 de novembro, no Centro de Eventos João Paulo II, a solenidade de encerramento da entrega de premiações aos alunos vencedores da segunda edição do projeto “Trocando Ideias”. A incitativa promoveu a discussão com a comunidade escolar, por meio de palestras, sobre uso de drogas e os problemas causados na vida das pessoas, especialmente da juventude, porém, com um leque maior de temas debatidos, como o bullying, violência doméstica e sexual, automutilação e suicídio. [Clique aqui](#) para ler mais.

3. NOTÍCIAS ATUAÇÃO DE OUTROS MINISTÉRIOS PÚBLICOS

MP/GO

TAC com MP prevê funcionamento de abrigo para crianças e adolescentes em Santa Terezinha de Goiás. Foi celebrado, nesta segunda-feira (18/11), o Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) entre o Ministério Público de Goiás e o município de Santa Terezinha de Goiás para instalação e funcionamento de entidade de abrigo a crianças e adolescentes em situação de risco. O documento foi assinado pela promotora Wanessa de Andrade Orlando, o prefeito Antônio da Penha Machado de Camargo e o procurador do município Rodrigo Nunes de Mendonça. [\(Clique aqui\)](#)

MP-GO e Governo do Estado assinam termo para criação do Programa Aluno Ouvidor

O Ministério Público de Goiás (MP-GO), por intermédio da Ouvidoria, e o Governo do Estado, por intermédio da Secretaria de Estado da Educação, firmaram Termo de Cooperação Técnica (TCT) para criação do Programa Aluno Ouvidor. O objetivo é trabalhar com os alunos do 8º e 9º anos do ensino fundamental da Rede Pública de Educação do Estado, com envolvimento da comunidade escolar na solução dos problemas sociais locais, para exercerem o papel de incentivador, catalisador e propulsor da participação da comunidade na cogestão da coisa pública e contribuir para o aprimoramento das políticas públicas, além de ser oportunidade de aprendizado e crescimento e da consolidação da Ouvidoria como instância de escuta da sociedade. [\(Clique aqui\)](#).



MP/RS

Cooperação viabiliza 45 vagas de aprendizagem para jovens do acolhimento institucional. A partir da assinatura do Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério Público do Rio Grande do Sul (MPRS), a Companhia Carris Porto-Alegrense e a Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc) ocorrida na segunda-feira, 18 de novembro, 45 jovens do programa de acolhimento institucional da Capital receberão uma oportunidade de aprendizagem profissional. Os beneficiados farão a capacitação teórica no Sest/Senat e a parte prática na empresa de transporte. [Clique aqui](#) para ler mais.

MP/SC

Professora que maltratava alunos em creche é condenada. A ação civil pública ajuizada pela 4ª Promotoria de Justiça de São Miguel do Oeste diante dos atos praticados por uma professora da rede de ensino municipal foi julgada procedente pela Justiça. Com base em depoimentos de mães que tiveram os filhos agredidos, o Ministério Público de Santa Catarina (MPSC) conseguiu provar que a docente agiu de forma ofensiva e agressiva com alunos no ambiente escolar. [Clique aqui](#) para ler mais.

MP/PI

MPPI denuncia caso de tortura contra dois adolescentes em Piracuruca. O Ministério Público do Piauí, por meio da 1ª Promotoria de Justiça de Piracuruca, encaminhou denúncia contra Raimundo Fortes Cerqueira Neto, que é policial civil e também vereador, por crime de tortura contra dois adolescentes. De acordo com o promotor de Justiça titular da 1ª promotoria de Piracuruca, Márcio Giorgi Carcará Rocha, o acusado e outros quatro policiais militares torturaram dois adolescentes com o objetivo de que os jovens confessassem a autoria de um furto realizado na casa do filho do vereador e revelassem onde estariam os objetos roubados. [Clique aqui](#) para ler mais.

MP/PA

Parceria garante acesso de jovens socioeducandos a cursos técnicos. A promotora de justiça, Vyllyya Costa Barra Sereni, Titular da PJ de Defesa Comunitária e Cidadania, da Infância, Juventude e dos Idosos de Santa Izabel do Pará reuniu no último dia 25 com a coordenadora do projeto “Escrevendo e Reescrevendo sua História” no pólo de Castanhal, Suelen Letícia Hugaldes Oliveira. A reunião também contou com a presença da coordenadora do CREAS de Santa Izabel do Pará,



Larissa Palheta Silva, e a representante da Gerência da Proteção Social Especial do município, Carla Patrícia dos Santos de Souza. [Clique aqui](#) para ler mais.

Promotoria reconhece a paternidade socioafetiva de adolescente de 12 anos. A história é do ajudante de entregas Lucas Tadeu Neves (36), da doméstica Izabel Bahia de Souza (33), e da adolescente Vitória de 12 anos. Quando Izabel engravidou de Vitória, o pai biológico faleceu no segundo mês de gravidez. Depois que a criança nasceu - após quase 2 anos - a mãe conheceu o atual marido Lucas Tadeu Neves, com quem estabeleceu relacionamento fixo e tenta há aproximadamente 10 anos o vínculo formal da paternidade de Lucas com a filha Vitória. [Clique aqui](#) para ler mais.

MP/PR

Ministério Público do Paraná ajuíza ação civil pública contra o Município de Joaquim Távora para garantir universalização do acesso à educação infantil. O Ministério Público do Paraná em Joaquim Távora, no Norte Pioneiro do estado, ajuizou ação civil pública para garantir a regularização da oferta de vagas na educação infantil no Município. Na ação, a Promotoria de Justiça requer que a Administração zere a fila de espera de crianças de zero a cinco anos que pleiteiam acesso a vagas em creches e pré-escolas. [Clique aqui](#) para ler mais.

MP-PA lança cartilha e alerta para tratamento da alienação parental

Profissionais e estudantes que atuam nas áreas da infância e juventude, psicologia e assistência social contam, desde esta quinta-feira (28), com uma cartilha com informações detalhadas sobre a alienação parental, que é definida como a interferência na formação psicológica da criança ou do adolescente, decorrente, normalmente, de conflitos de familiares. A publicação reúne conteúdos para orientar sobre o combate a esta prática.

A [cartilha “Alienação Parental e suas Implicações Psicossociais e Jurídicas”](#) foi lançada nesta manhã pelo Ministério Público do Estado do Pará (MPPA), em Ananindeua, durante seminário realizado pelo Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional (Ceaf), em parceria com o Centro de Apoio Operacional Cível (CAO Cível) da instituição. O evento reuniu especialistas para debater justamente os impactos da alienação parental, os aspectos legais e as formas de lidar com esta prática nociva às crianças e adolescentes. ([Clique aqui](#)).

4. NOTÍCIAS DOS TRIBUNAIS SUPERIORES



STF: Associação questiona Lei da Alienação Parental. A Associação de Advogadas pela Igualdade de Gênero (AAIG) ajuizou no Supremo Tribunal Federal (STF) a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) 6273, com pedido de medida liminar, contra a Lei 12.318/2010, que trata da alienação parental. A relatora é a ministra Rosa Weber. [\(Clique aqui\)](#)

STF: Presidente do STF mantém bloqueio de recursos de SC para serviços de medidas socioeducativas. O presidente do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, indeferiu requerimento de Suspensão de Tutela Provisória (STP 146) ajuizado pelo Estado de Santa Catarina com objetivo de sustar efeitos de liminar do Tribunal de Justiça (TJSC). O TJ determinou o bloqueio de recursos públicos para viabilizar o custeio da Casa de Semiliberdade e do Centro de Atendimento Socioeducativo Provisório de Joinville. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: Afastada condenação de menor por ato infracional análogo a terrorismo. Por falta de adequação ao tipo penal, a Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) concedeu habeas corpus a um menor para determinar o re julgamento do seu caso, afastando a capitulação da sua conduta como ato infracional análogo ao crime previsto no artigo 5º da Lei 13.260/2016 – que trata de atos preparatórios de terrorismo. [\(Clique aqui\)](#)

STJ: julga caso inédito de adoção unilateral com manutenção de poder familiar. A 4ª turma do STJ concluiu na quinta-feira, 5, julgamento que tratou da viabilidade de coexistência de manutenção do poder familiar e de adoção unilateral. A controvérsia era saber se é possível a destituição do poder familiar fora das hipóteses legais, bem como se viável a adoção ainda que não tenha havido aquiescência de ambos os genitores. A decisão da turma, unânime, foi em processo relatado pela ministra Isabel Gallotti, que adotou a solução encontrada pelo ministro Buzzi para o caso concreto – a qual classificou de “genial”. No caso, a mulher/adotante – que não estava inscrita no cadastro nacional de adotantes – recebeu a criança da genitora; e o pai biológico buscou a comprovação da paternidade por via judicial. [\(Clique aqui\)](#).

STJ: Em caso de entendimentos divergentes, prevalece decisão que transitou em julgado por último. Por maioria de votos, a Corte Especial do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que, havendo duas decisões judiciais sobre o mesmo tema, com entendimentos divergentes, mesmo tendo as mesmas partes e objetivos, deve prevalecer aquela que se formou por último – enquanto não desconstituída por ação rescisória. [\(Clique aqui\)](#).



Jovens em conflito com a lei participam de círculos de paz e constroem valores éticos

Graças ao conceito de Justiça Restaurativa, jovens estão tendo a oportunidade de trilhar novos caminhos, rumo a uma vida digna e lícita, estabelecendo valores éticos e morais e um comportamento socialmente aceito, através dos círculos de construção de paz, realizados pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania (Cejusc) da Infância e Juventude, localizado na 2ª Vara Especializada da Infância e Juventude de Cuiabá. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Adolescentes em conflito com a lei concluem curso de capacitação

“Quando comecei este curso, um cara chamado Evaldo foi lá na sala falar pra gente ir além. No início, eu não entendia muito bem o que ele queria dizer com aquilo. Ir além pra mim era outra realidade. No meu mundo não havia essa possibilidade. Mas quando eu comecei a ir todos os dias, eu fui descobrindo o que ele queria dizer com aquela frase: ir além. Durante o curso, aprendi muita coisa e hoje sei o que é ir além. Ir além pra mim é correr atrás dos nossos sonhos, é lutar todo dia pelo que a gente quer. Ir além é desanimar às vezes, mas também não desistir nunca. Hoje eu sei que ir além é sonhar, sorrir, chorar também, mas lutar sempre com a certeza que Deus não abandona a gente. Obrigada a todos que me ajudaram a ir além. Muito obrigado!”. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Crianças e adolescentes podem viajar sem os pais, desde que tenham autorização expressa

Final de ano e férias escolares são ingredientes perfeitos para visitar amigos e parentes que moram longe e matar a saudade. Mas se os pais, ou responsável legal, não puderem embarcar com seus filhos menores de 16 anos e não quiserem ter “dor de cabeça” precisam providenciar autorização expressa, por meio de escritura pública ou de documento particular, com firma reconhecida por semelhança ou autenticidade. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Justiça garante a menor direito a vaga em creche municipal

A Segunda Câmara de Direito Público e Coletivo do Tribunal de Justiça de Mato Grosso (TJMT) proveu, por unanimidade, a liminar em que uma mãe buscava garantir vaga em uma das três creches pretendidas do município de Tangará da Serra para seu filho de 1 ano e 10 meses. Ao não conseguir matricular a criança, a responsável procurou a Justiça de primeiro grau, por meio de mandado de segurança, mas este foi indeferido com o argumento de possível ofensa aos princípios



constitucionais da isonomia, impessoalidade e igualdade e de que a superlotação nas salas de aula pode ocasionar má qualidade na prestação do serviço. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

Judiciário encaminha adolescentes para capacitação profissional

Cerca de 40 adolescentes estão matriculados no curso de operação de computador, oferecido na unidade do Senai (Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial), no bairro Distrito Industrial, em Cuiabá. Eles foram encaminhados pela Justiça da Infância e Juventude, que visa não somente punir, mas também proporcionar uma mudança de vida para esses jovens. [Clique aqui](#) para ler a matéria completa.

6. NOTÍCIAS DE TRIBUNAIS DE JUSTIÇA DE OUTROS ESTADOS

TJ/SP

TJSP permite que conste em registro de adolescente pai biológico e afetivo. A paternidade socioafetiva, declarada ou não em registro público, não impede o reconhecimento do vínculo de filiação concomitante baseado na origem biológica, com os efeitos jurídicos próprios. Com base na tese fixada pelo Supremo Tribunal Federal no Recurso Extraordinário 898.060, a 7ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo, em votação unânime, acolheu recurso da Defensoria Pública e determinou a produção de provas para reconhecimento ou não da paternidade biológica de um adolescente mantendo a filiação de outro pai em razão de vínculo afetivo. [Clique aqui](#).

TJSP condena pai a indenizar filha em R\$ 30 mil por abandono afetivo. Com base em provas testemunhais e um laudo psicossocial que atestou a negligência, a 3ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça de São Paulo condenou um pai por abandono afetivo de sua filha. A reparação foi fixada em R\$ 30 mil, a título de danos morais. [Clique aqui](#)

TJSP: Legislativo não pode incluir temas no currículo escolar. A organização e planejamento da prestação do serviço público de educação é competência exclusiva do Executivo. Com base nesse entendimento, o Órgão Especial do Tribunal de Justiça de São Paulo anulou uma lei municipal de Sertãozinho, que incluía no currículo escolar da cidade a história de Manoel Rodrigues Santinho



(1916-1998), o 'Mané Gaiola', personagem marcante dos carnavais de Sertãozinho, responsável por confeccionar bonecos gigantes. [Clique aqui.](#)

TJSP: Seminário discute redução da maioria penal. A Escola Paulista da Magistratura (EPM), em parceria com a Coordenadoria da Infância e da Juventude (CIJ) do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, promoveu na última quinta-feira (5), no Fórum João Mendes Júnior, o seminário “Redução da Maioridade Penal X Aumento do Prazo de Internação”. [Clique aqui.](#)

JEF – 3ª Região

3ª Turma Juizado Especial Cível: União deve fornecer medicamento a base de *canabidiol* para criança com epilepsia. Anvisa autorizou importação do medicamento, no entanto, ele figura na modalidade de alto custo. A 3ª turma recursal do Juizado Especial Federal Cível da 3ª região determinou que a União, por intermédio do SUS, forneça mensal e gratuitamente medicamento a base de *canadibiol* para criança com epilepsia. [Clique aqui.](#) Confira a [íntegra da decisão.](#)

TJ/GO

TJGO: Oficina de Pais busca reduzir dano emocional na vida de filhos de pais separados. O programa Oficina de Pais completa, neste mês de dezembro, seis anos de atividades ininterruptas, contabilizando a orientação de 2.115 genitores que vivenciam conflitos provenientes do término da relação conjugal. O programa tem a proposta de difundir conhecimento e orientação para as famílias de pais separados sobre como lidar com disputas de guarda dos filhos, e é resultado de uma parceria entre o Tribunal de Justiça do Estado de Goiás (TJGO) e a Associação de Terapia Familiar de Goiás (Atfago), com o apoio do Conselho Nacional de Justiça (CNJ). [Clique aqui.](#)

TJ/RS

TJRS: Estado tem de bancar transporte de mãe de deficiente em tratamento. O artigo 196 da Constituição diz que a saúde é direito de todos e dever do estado. Para não se transformar em norma inócua, União, estados e municípios, entretanto, têm de agir para dar efetividade a este direito. Afinal, sem ação, os princípios fundamentais da República viram letra morta. O alerta partiu da 22ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, ao confirmar sentença que condenou o Estado e o Município de Cachoeirinha a arcarem, solidariamente, com os custos de transporte da mãe de um menor incapaz internado compulsoriamente com quadro de deficiência física e mental.



Como ele se encontra internado numa instituição localizada em Porto Alegre e a mãe, que reside em Cachoeirinha, não tem dinheiro para custear seus deslocamentos, este custo passa a ser bancado pelos réus. [Clique aqui](#). Clique [aqui](#) para ler o acórdão

TJ/AC

TJAC: Criança tem garantido direito a creche próxima da residência da família. Em decisão interlocutória (que não encerra o processo), proferida no âmbito da 1ª Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), o desembargador Luís Camolez determinou ao Município de Rio Branco que matricule uma criança “em creche próxima ao local de sua residência”. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJAC: Família Acolhedora recebe criança abandonada pelos pais. Situações de risco, violência, abandono e negligência tornam crianças em vítimas dos próprios pais ou dos problemas sociais vividos pela família. Essa realidade é enfrentada diariamente pela Rede de Proteção da Criança e do Adolescente, que trabalha para resguardar essas vidas. O programa Família Acolhedora, que conta com o apoio do Tribunal de Justiça do Acre (TJAC), é desenvolvido pela Prefeitura de Rio Branco, e atua diretamente nesse quadro de vulnerabilidade, com o objetivo de garantir os direitos dos infantes. [Clique aqui](#) para ler mais.

TJAC: Criança Kaxinawá tem direito a pensão alimentícia garantido em acordo. O Juízo da Vara Única da Comarca de Feijó conseguiu, por meio de acordo, encerrar processo de prestação alimentícia e garantir o direito de uma criança da etnia Kaxinawá ao recebimento de pensão mensal. A composição, que foi homologada pelo juiz de Direito Marcos Rafael, titular da unidade judiciária, fixou a prestação no valor de 20% de um salário-mínimo. Foram consideradas as condições financeiras do requerido, pai biológico da criança, bem como as necessidades do infante. [Clique aqui](#) para ler mais.

TRF 1ª REGIÃO

O juiz Renato Coelho Borelli, da 9ª Vara Federal Cível da Seção Judiciária do Distrito Federal, autorizou nesta terça-feira (3/12) que a empresa brasileira Schoenmaker Humako, pertencente ao grupo Terra Viva, importe, cultive e comercialize folhas e fibras de hemp, planta da espécie *Cannabis ruderalis*, integrante da família da *Cannabis sativa*. [Clique aqui](#) para ler mais. Clique [aqui](#) para ler a decisão.



JUSTIÇA FEDERAL

Liberdade no Parto: Juiz Federal derruba norma que obrigava grávidas a passar por intervenção médica. Restringir a liberdade de escolha terapêutica da mulher grávida em relação ao parto fere o [princípio da legalidade](#), que afirma que “ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de lei”. Foi com base neste entendimento que o juiz federal Hong Kou Hen, da 8ª Vara Cível Federal de São Paulo, suspendeu integralmente a eficácia do parágrafo 2º, artigo 5º, da [Resolução CFM nº 2232/19](#) e parcialmente os artigos 6º e 10º da mesma norma. Os trechos permitiam que gestantes fossem obrigadas a passar por intervenções médicas com as quais não consentiam. ([Clique aqui](#)).

Clique [aqui](#) para ler a decisão.

Clique [aqui](#) para ler a ação civil pública do MPF.

7. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNJ

Primeira infância: CNJ promove curso no Rio de Janeiro

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Servidores do Poder Judiciário (CEAJud), oferecerá o curso “Marco Legal da Primeira Infância e suas Implicações Jurídicas”, com carga horária de 54 horas e previsão para 100 vagas. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNJ conhece audiências concentradas no socioeducativo do TJAM

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por meio do programa Justiça Presente, realizou missão a Manaus para conhecer a metodologia aplicada pelo Tribunal de Justiça do Amazonas (TJAM) no projeto de audiências concentradas no sistema socioeducativo. No Estado, o Poder Judiciário revisa, a cada três meses, as medidas impostas a adolescentes que cometeram atos infracionais, garantindo a racionalização na aplicação de medidas de internação. Os representantes do CNJ acompanharam audiências realizadas na cidade e também entraram em contato com os programas de aprendizagem para adolescentes em cumprimento e pós-cumprimento de medida socioeducativa desenvolvidos pela Corte. [Clique aqui](#) para ler mais.



Especialistas encaram desafios para proteger a primeira infância

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) realizou, nos dias 2 e 3 de dezembro, vinte workshops temáticos durante o Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sudeste, sendo dez realizados simultaneamente em cada dia do evento. Os encontros entre especialistas permitiram discussões produtivas sobre políticas públicas e projetos voltados para a defesa e valorização das crianças de zero a 6 anos. Participaram profissionais da área, representantes dos poderes Judiciário, Executivo e Legislativo e atores da sociedade civil que lidam diariamente com demandas dessas crianças. [Clique aqui](#) para ler mais.

Seminário Internacional discute Marco da Primeira Infância

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) apoia, em conjunto com outras treze entidades, o VII Seminário Internacional do Marco Legal da Primeira Infância, com o tema “Intersetorialidade: conexões para o alcance da prioridade absoluta à Primeira Infância”. O evento será realizado pela Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância, nos dias 12 e 13 de novembro, no Auditório Nereu Ramos, na Câmara dos Deputados. Entre os apoiadores estão também órgãos de governo, organizações da sociedade civil nacional e internacional, empresas, universidades, representantes do Sistema de Justiça. [Clique aqui](#) para ler mais.

Primeira infância: integração para sucesso de políticas públicas

O Seminário do Pacto Nacional da Primeira Infância – Região Sudeste reuniu especialistas para discutir, em dois painéis, a interface entre o Sistema de Justiça, as políticas públicas e os projetos da sociedade civil na proteção das crianças de zero a 6 anos. Nesta terça-feira (3/12), o ministro da Cidadania, Osmar Terra, a secretária nacional de Assistência Social do ministério, Mariana Neris, e a fundadora da Associação Saúde Criança, Vera Cordeiro, apresentaram experiências exitosas de integração para a proteção do direito dessas crianças, com base em evidências científicas e com enfoque na assistência social. [Clique aqui](#) para ler mais.

Seminário sobre primeira infância chega ao Sudeste

O Seminário do Pacto Nacional pela Primeira Infância – Região Sudeste acontece nesta segunda-feira (2/12) e terça-feira (3/12), em São Paulo. O evento recebeu mais de mil inscritos e vai reunir especialistas para discutir políticas públicas e projetos em prol da defesa dos direitos das crianças de zero a 6 anos. Durante a programação, mais 30 parceiros devem assinar o Pacto Nacional pela Primeira Infância. O presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), Dias Toffoli, participará da abertura do seminário. [Clique aqui](#) para ler mais.



Parceiros do Sudeste assinam Pacto pela Primeira Infância

Cuidar dos primeiros anos da vida das crianças é uma questão urgente, no Brasil e no mundo. A constatação foi feita pelos participantes do Seminário do Pacto Nacional da Primeira Infância – Região Sudeste, que começou nesta segunda-feira (2/12), em São Paulo. De acordo com o presidente do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e do Supremo Tribunal Federal (STF), ministro Dias Toffoli, que participou da abertura do evento, é preciso discutir com especialistas os problemas que envolvem o desenvolvimento das crianças de 0 a 6 anos de idade para refletir sobre a harmonização das principais políticas de atenção a esse grupo com o Sistema de Justiça. “Dessa forma, teremos subsídios importantes para compreender e buscar soluções para os problemas e as dificuldades que envolvem a aplicação dos princípios e das diretrizes normativas que tratam dessa temática”, afirmou. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNJ publica novas regras para depoimento especial de crianças e adolescentes vítimas de violência

Foi publicada, no último dia 3, a Resolução 299/19 do CNJ, que estabelece que crianças e adolescentes, vítimas ou testemunhas de violência, tenham seus depoimentos colhidos em espaços adaptados e por pessoas com treinamento específico. A norma determina que os tribunais de todo o país têm 180 dias, a contar de dezembro de 2019, para apresentar ao CNJ estudos para a criação de varas especializadas destinadas a receber processos que envolvam crianças. [\(Clique aqui\)](#).

Confira a íntegra da [resolução 299/19](#).

CNJ: Psicólogos e assistentes sociais do Judiciário podem colher depoimento especial

O plenário do Conselho Nacional de Justiça (CNJ) julgou improcedente, por unanimidade, o Procedimento de Controle Administrativo 0004543-46.2018.2.00.0000, apresentado pela Associação dos Assistentes Sociais e Psicólogos do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJSP) que buscava a nulidade do Provimento CGTJSP nº 17/2018. A medida regulamentou o depoimento especial de crianças e adolescentes no âmbito da corte. De acordo com o relator, conselheiro Valtércio de Oliveira, psicólogos e assistentes sociais são profissionais capacitados para auxiliar os magistrados a viabilizar a escuta protegida. [\(Clique aqui\)](#).



8. NOTÍCIAS E ATUAÇÃO DO CNMP

Comissão da Infância e Juventude do CNMP discute a Proteção da Primeira Infância em Seminário da Região Sudeste

A Comissão da Infância e Juventude do Conselho Nacional do Ministério Público (CIJ/CNMP), presidida pelo conselheiro Otavio Luiz Rodrigues Jr., participou do Seminário Regional do Pacto Nacional da Primeira Infância – Sudeste, nos dias 2 e 3 de dezembro. O evento, realizado na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, na capital paulista, teve como objetivo fortalecer o intercâmbio de experiências e conhecimentos relacionados à proteção da Primeira Infância. [Clique aqui](#) para ler mais.

Aprovada a Política Nacional de Atendimento ao Público do MP

O Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) aprovou, por unanimidade, a proposta de resolução que cria a Política Nacional de Atendimento ao Público no Âmbito do Ministério Público Brasileiro. A aprovação ocorreu nessa terça-feira, 10 de dezembro, durante a 19ª Sessão Ordinária de 2019. [Clique aqui](#) para ler mais.

CNMP regula a fiscalização de medidas socioeducativas em meio aberto para adolescentes

O Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) publicou nesta terça-feira, 17 de dezembro, a Resolução CNMP nº 204/2019. A norma dispõe sobre a uniformização das fiscalizações, pelos membros do Ministério Público dos Estados e do Distrito Federal, junto aos programas municipais de atendimento para a execução das medidas socioeducativas em meio aberto, aplicadas a adolescentes em decorrência da prática de ato infracional. [Clique aqui](#).

9. NOTÍCIAS DIVERSAS

Anvisa aprova regulamentação do uso medicinal da maconha.

A Diretoria Colegiada da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) aprovou na manhã desta terça-feira (3/12) a regulamentação do uso medicinal da maconha no Brasil. Com a decisão, produtos à base de cannabis passarão a ser vendidos em farmácias de todo o Brasil e sujeitos à vigilância sanitária. [Clique aqui](#)



Brasil está estagnado entre os países com pior nível de aprendizado básico

É o que mostram os resultados do mais importante sistema de avaliação mundial, o Pisa. Nos últimos dez anos, o nível da educação no Brasil não melhorou. [Clique aqui.](#)

Bullying, indisciplina e solidão: o clima nas escolas brasileiras revelado pelo Pisa 2018

Brasil não avançou em índice internacional da avaliação da educação e o ambiente escolar pode estar relacionado a este quadro.

Três números que revelam o assustador avanço do sarampo no mundo

Em 2018, 140 mil pessoas morreram em decorrência da doença, que estava prestes a ser erradicada. Os especialistas chamam o quadro de “atrocidade” e “um fracasso coletivo”: crianças continuam morrendo em decorrência do sarampo, uma doença que pode ser prevenida por meio de vacina. “O fato de um menino morrer por uma enfermidade como o sarampo, que pode ser prevenida com uma vacina, é realmente uma atrocidade e um fracasso coletivo em proteger as crianças mais vulneráveis do mundo”, declarou o médico Tedros Adhanom Ghebreyesus, diretor-geral da OMS. ([Clique aqui](#)).

Paraná vai incluir educação financeira na rede estadual

O Paraná foi o Estado escolhido, na Região Sul, para ofertar em 2020 o projeto-piloto fruto de uma parceria entre a Secretaria de Estado da Educação e do Esporte e o Banco Central que vai incluir Educação Financeira no currículo do Ensino Fundamental da rede estadual. [Clique aqui](#)

Quebra de sigilo de dados e ampliação de penas para crimes contra menores

A Comissão de Direitos Humanos do Senado (CDH) aprovou dois projetos que surgiram durante a CPI dos Maus-Tratos. Um deles (PLS 501/2018) dispõe sobre a autorização para o Ministério Público acessar dados de redes sociais e conversas privadas em casos de risco iminente para crianças e adolescentes. O outro (PLS 503/2018) propõe alteração no Código Penal para ampliar de um terço até a metade a pena de homicídio de crianças e adolescentes. [Clique aqui.](#)

Proposições legislativas

- [PLS nº 501/2018](#) – Acrescenta dispositivo na Lei nº 8.625, de 12 de fevereiro de 1993, para prever competência dos promotores das varas de família e de infância e juventude para requisitar dados telefônicos e informações de cadastro em redes sociais, bem como requerer ao juízo o acesso às comunicações por esses meios efetivadas, quando houver iminente risco de morte ou de atentado à integridade física de incapaz.



- [PLS nº 503/2018](#) – Altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 – Código Penal, para criar causa de aumento de pena, para o crime de homicídio praticado contra criança ou adolescente e aumentar a pena do crime de estupro de vulnerável seguido de morte.

Bolsonaro veta ação incondicionada em caso de violência contra menor

O presidente Jair Bolsonaro vetou o projeto de lei que permitia que o Ministério Público promova ação penal de crimes de lesões corporais leves e culposas contra menor de 18 anos ou incapaz cometidas por quem convive ou tenha convivido com a vítima (PL 4.767/16). [Clique aqui](#).

10. ARTIGOS

“STJ acerta ao reinterpretar o instituto da estabilização da tutela antecipada”, escrito por Igor Raatz, sócio-fundador do Raatz & Anchieta Advocacia, professor da Universidade Feevale, pós-doutor, doutor e mestre em Direito pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinos) e membro do Dasein – Núcleo de Estudos Hermenêuticos e da Associação Brasileira de Direito Processual (ABDPro). [\(Clique aqui\)](#).

“Recente precedente do STJ sobre o conflito entre coisas julgadas”, escrito por José Rogério Cruz e Tucci, advogado, ex-presidente da AASP (Associação dos Advogados de São Paulo), professor titular sênior da Faculdade de Direito da USP e membro da Academia Brasileira de Letras Jurídicas. [\(Clique aqui\)](#).

“A absurda exigência de prova documental da união estável para a adoção e para o registro do filho concebido por reprodução assistida”, escrito por Maria Berenice Dias, advogada especializada em direito homoafetivo, famílias e sucessões. Vice-Presidente Nacional do Instituto Brasileiro de Direito de Família (IBDFAM). Ex-presidente Nacional da Comissão da Diversidade Sexual e Gênero da OAB. Presidente da Comissão de Direito Homoafetivo e Gênero do IBDFAM. [\(Clique aqui\)](#).

“Todo ato sexual praticado com menores de 14 anos é criminoso? - Parte 1”, escrito por Daniel Lima, Advogado, Mestrando em Direito Penal e Ciências Criminais. Especialista em Direito Penal e Processo Penal. [\(Clique aqui\)](#).



“Todo ato sexual praticado com menores de 14 anos é criminoso? - Parte 2”, escrito por Daniel Lima, Advogado, Mestrando em Direito Penal e Ciências Criminais. Especialista em Direito Penal e Processo Penal. ([Clique aqui](#)).

“A Entrega Consciente de Crianças para a Adoção Legal à Luz do Estatuto da Criança e do Adolescente”, escrito por Anna Gabriella Pinto da Costa, Técnica Ministerial do Ministério Público do Estado do Ceará. Bacharel em Direito pela Universidade Christus. ([Clique aqui](#)).

“A crescente judicialização e aumento da influência do Judiciário no sistema de saúde”, escrito por Luiz Felipe Conde, Advogado e mestre em saúde. ([Clique aqui](#)).

“Multiparentalidade: Considerações à Luz da Repercussão Geral nº 622 do STF e dos Provimentos nº 63/17 e nº 83/19 do Conselho Nacional de Justiça”, escrito por André Vieira Saraiva de Medeiros, Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado do Paraná e Amanda Caroline Andriguetto Santos, graduanda em Direito pela Universidade Federal do Paraná. ([Clique aqui](#)).

“A Parentalidade Socioafetiva Sob a Perspectiva do Princípio da Afetividade e Suas Consequências Jurídicas: Coexistência da Paternidade Socioafetiva e Biológica e a Repercussão Sucessória”, artigo científico escrito por Livia de Souza Gaspar. ([Clique aqui](#)).

Boletim Informativo do Centro de Apoio Operacional da Infância e Juventude

Equipe do CAO:

Paulo Roberto Jorge do Prado – Procurador de Justiça da Procuradoria de Justiça Especializada de Defesa da Criança e do Adolescente

Márcio Florestan Berestinas – Promotor de Justiça e Coordenador do CAO Infância e Juventude

Rita de Cássia Arnaut Amadio – Analista Jurídica

Lucas Blanco Bezerra – Auxiliar Ministerial